



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

ACÓRDÃO N° 622/2014
(9.6.2014)
RECURSO ELEITORAL N° 1-57.2013.6.05.0106 – CLASSE 30
QUEIMADAS

RECORRENTE: André Luiz Andrade. Advs.: Maurício Oliveira Campos, Paula Reis de Sousa, Márcio Moreira Ferreira e Luiz Viana Queiroz.

RECORRIDOS: Tarcísio de Oliveira Pedreira e Agripino Ramiro dos Santos. Advs.: Ademir Ismerim Medina e Helinelson Lombardo Santana.

PROCEDÊNCIA: Juízo da 106ª Zona Eleitoral

RELATOR: Juiz Fábio Alexsandro Costa Bastos.

Recurso. Ação de impugnação de mandato eletivo. Alegação de captação ilícita de sufrágio e abuso de poder econômico. Improcedência. Ausência de provas capazes de comprovar os ilícitos alegados. Recurso desprovido.

Nega-se provimento a recurso quando se verifica a fragilidade das provas colacionadas aos autos, não sendo suficientemente demonstrados os alegados ilícitos eleitorais de captação ilícita de sufrágio e abuso de poder econômico.

Vistos, relatados e discutidos os autos acima indicados,

ACORDAM os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, à unanimidade, **NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO**, nos termos do voto do Juiz Relator, adiante lavrado, que passa a integrar o presente Acórdão.

Sala das Sessões do TRE da Bahia, em 9 de junho de 2014.

LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
Juiz-Presidente

FÁBIO ALEXSANDRO COSTA BASTOS
Juiz Relator

JOSÉ ALFREDO DE PAULA SILVA
Procurador Regional Eleitoral

RECURSO ELEITORAL Nº 1-57.2013.6.05.0106 – CLASSE 30
QUEIMADAS

R E L A T Ó R I O

Trata-se de recurso interposto por André Luiz Andrade em face da sentença proferida pela Juíza da 106ª Zona Eleitoral (fl.245/251), que julgou improcedente a Ação de Impugnação de Mandato Eletivo ajuizada em face de Tarcísio de Oliveira Pedreira e Agripino Ramiro dos Santos, Prefeito e Vice-prefeito respectivamente, por entender que as provas colacionadas aos autos não demonstram a alegada prática de captação ilícita de sufrágio e abuso de poder econômico.

Em suas razões de fls. 256/284, o recorrente, em suma, aduz que restou amplamente demonstrada na instrução processual que houve captação ilícita de sufrágio perpetrada direta ou indiretamente pelos recorridos, em favor de suas campanhas, situação que retira a legitimidade do pleito e macula os mandatos dos eleitos.

Ao final requer o conhecimento e provimento do recurso para reformar a sentença prolatada, com a cassação dos diplomas e mandatos dos recorridos, aplicação de multa em seu valor máximo e a declaração de inelegibilidade pelo prazo de oito anos, a contar desta última eleição municipal.

Em contrarrazões de fls. 291/294, os recorridos refutaram os fatos alegados, uma vez que o recorrente não provou a prática de abuso de poder econômico nem a compra de votos, razão pela qual pugnam pela manutenção da sentença guerreada.

Instada a se manifestar, a douta Procuradoria Regional Eleitoral, em parecer de fls. 299/304, opina pelo desprovimento do recurso.

É o relatório.

RECURSO ELEITORAL Nº 1-57.2013.6.05.0106 – CLASSE 30
QUEIMADAS

V O T O

A questão de fundo ora submetida à apreciação cinge-se ao exame da captação ilícita de sufrágio e abuso de poder econômico imputados aos candidatos eleitos.

É cediço que, para a configuração de ilícitos deste jaez, é necessária a produção de prova robusta e inconteste, além da comprovação da participação direta ou indireta do candidato, bem como da benesse ter sido ofertada em troca de votos.

In casu, relata a peça exordial suposta compra de voto através do oferecimento de sacos de cimento aos eleitores Luiz Pereira Lima e Zacarias Pereira dos Santos, bem como o valor de R\$1.500,00 para este último.

Verifica-se, contudo, que a parte autora não logrou êxito em demonstrar a veracidade da sua tese, haja que o acervo probatório constante dos fólios apresenta-se demasiadamente frágil, incapaz de evidenciar os ilícitos aventados.

Senão vejamos.

Ab initio, observa-se que o inquérito policial, fls. 77/81, que visava apurar o delito de corrupção eleitoral, envolvendo o eleitor Luiz Pereira Lima, foi arquivado pelo M.M Juízo da 106ª Zona, nos seguintes termos:

“[...] Realmente, ao analisar o conjunto probatório colhido pela autoridade policial, ao proceder à lavratura deste auto de prisão de flagrante, apuro a segura conclusão de que assiste plena razão ao parquet eleitoral, no sentido de que não há nenhum elemento probatório idôneo para comprovar a concretização dos elementos do tipo penal delineado no artigo 299 do Código Eleitoral.

[...] as testemunhas José Nunes e Joilton Nunes dos Santos ouvidas perante a autoridade policial, cujos depoimentos estão coligidos

RECURSO ELEITORAL Nº 1-57.2013.6.05.0106 – CLASSE 30
QUEIMADAS

respectivamente às fls.30 e às fls.31, esclareceram categoricamente que compraram os materiais de construção apreendidos, consoante comprovam as notas colacionadas às fls.19/21, sendo que o caminhão que os transportava foi abordado pelo agente policial militar, justamente quando ia realizar a entrega dos materiais de construção pagos pelo Sr. José Nunes.

Ante o exposto, com fulcro no art.28 do Código de Processo Penal, DETERMINO O ARQUIVAMENTO DESTA INQUÉRITO POLICIAL. [...]”.

Portanto, observa-se que o apuratório não corrobora a versão acusatória, muito pelo contrário, como pontuado pela magistrada zonal, as notas fiscais indicam que houve a compra dos materiais de construção, circunstância que vai de encontro à noticiada entrega de benesses em troca de voto.

Noutro giro, a prova oral coligida aos fólios também não socorre o apelante.

Destarte, no que tange ao informante Ivan da Silva Souza, constata-se que as suas declarações não podem servir de subsídio para o julgamento da vertente lide, porquanto demonstrada a sua parcialidade, ante o seu claro interesse no resultado do feito, conforme se extrai de trechos do depoimento de fls. 144/148, *in verbis*:

“[...] reconhece ter firmado uma aposta com o seu primo Ademar Moura e Silva, na qual o declarante ganharia 20 arrobas de gado, se o Sr. André ganhasse a eleição municipal com uma diferença de 1000 votos e o seu primo ganharia 20 arrobas de gado, se o Sr. Tarcísio ganhasse a eleição municipal com uma diferença de 1000 votos; que ingressou com uma queixa crime em face do Sr. Tarcísio no juizado especial criminal de Serrinha [...]”.

Por sua vez, as testemunhas Marivaldo Rosa da Silva e Júlio César Andrade de Oliveira também não contribuem, na medida em que se limitam a relatar circunstâncias afetas à apreensão do caminhão com material de

RECURSO ELEITORAL Nº 1-57.2013.6.05.0106 – CLASSE 30
QUEIMADAS

construção, não oferecendo informações conducentes à constatação da alardeada compra de votos.

Quanto ao segundo episódio, colheu-se do Sr. Zacarias Pereira dos Santos, suposto eleitor corrompido, fls.164/167, a seguinte afirmação:

“[...] que ninguém viu o depoente recebendo a mencionada quantia de R\$100,00; que os fatos antes narrados chegaram ao conhecimento do autor porque o depoente ficou revoltado com a promessa da moto que não foi cumprida e por isso o depoente procurou o autor e relatou os fatos ao mesmo não lembrando o mês [...]”.

Vê-se, portanto, que se trata do testemunho do próprio acusador, contudo, neste particular, a prova se limita ao depoimento do eleitor Zacarias, não havendo outro elemento probatório adicional que fortaleça suficientemente a tese autoral.

Deveras, consoante bem apontou o parecer ministerial (fl. 303), *“infere-se do depoimento de Zacarias Pereira dos Santos que seus familiares (a sua genitora, o seu padastro e sua irmã) teriam presenciado a mencionada visita, em sua residência, de Tarcísio de Oliveira Pedreira e Dolores Oliveira Pedreira, quando houve a oferta da vantagem financeira. No entanto, a parte autora não apontou nenhuma dessas pessoas como testemunha, o que seria importante como reforço probatório, já que se esclareceria melhor as circunstâncias da visita e se houve ou não oferecimento de dinheiro em troca de voto.*

Demais disso, o recorrente traz a lume transcrições de conversas telefônicas entre a testemunha Zacarias, a genitora do primeiro recorrido (Dolores Oliveira Pedreira) e uma pessoa conhecida por “Nido”, constantes das fls.178/196, da AIJE 275-55.

**RECURSO ELEITORAL Nº 1-57.2013.6.05.0106 – CLASSE 30
QUEIMADAS**

Todavia, assim como o nobre representante *Parquet*, penso que a referida degravação não apresenta elementos bastantes que confirmem as suspeitas de que a senhora Dolores e o “Nido” teriam pressionado Zacarias a não depor em juízo e, de qualquer sorte, o depoimento foi colhido.

Assim sendo, não existindo lastro probatório apto a demonstrar com segurança que os recorridos realizaram, direta ou indiretamente compra de votos, a manutenção do *decisum a quo* é medida que se impõe.

Nesse sentido, à guisa de ilustração, transcrevo os seguintes excertos jurisprudenciais:

AGRAVO REGIMENTAL. ELEIÇÕES 2006. RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. SERVIÇOS MÉDICOS GRATUITOS. AUSÊNCIA DE PROVAS.

I - A caracterização da captação ilícita de sufrágio exige provas robustas de que a conduta tenha sido praticada em troca de votos. Precedentes.

II - Agravo regimental desprovido.

(RCED - AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA nº 748 - Goiânia/GO. Acórdão de 13/04/2010. Relator(a) Min. ENRIQUE RICARDO LEWANDOWSKI. Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Data 10/5/2010, Página 27/28)

RECURSO EM INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. FRAGILIDADE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. IMPROVIMENTO. SENTENÇA MANTIDA.

1. A captação ilícita de sufrágio exige provas robustas para sua comprovação, além da demonstração do dolo subjetivo e de que tenha sido praticada pelo próprio acusado ou por terceiro autorizado.

2. Nos autos, constata-se a fragilidade do conjunto probatório, pelo qual se pretendeu comprovar a captação ilícita de sufrágio, prevista no art. 41-A, da Lei nº 9.504/97, a desautorizar o provimento do recurso.

3. Improvimento do recurso, com a conseqüente manutenção da decisão atacada. (TRE-CE, Recurso em Investigação Judicial

RECURSO ELEITORAL Nº 1-57.2013.6.05.0106 – CLASSE 30
QUEIMADAS

Eleitoral n.º 11.042, de 6.5.2008, Rel. Juiz Tarcísio Brilhante de Holanda).

Isto posto, em harmonia com o parecer ministerial, voto pelo desprovimento do recurso, mantendo-se incólume a sentença zonal, que julgou improcedente o pleito autoral.

É como voto.

Sala das Sessões do TRE da Bahia, em 9 de junho de 2014.

Fábio Alexsandro Costa Bastos
Juiz Relator